

- LXXX -

## **PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO NO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): UMA ANÁLISE DA REALIDADE DE TRÊS ESCOLAS MUNICIPAIS MINEIRAS**

**Maria Simone Ferraz Pereira**

UFU – Brasil  
msimonefp@gmail.com

**Lucia de Fatima Valente**

UFU – Brasil  
valentelucia@ufu.br  
Apoio: CNPq

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é um plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional que tem como princípio facilitar a implantação do regime de colaboração, em razão da histórica descontinuidade das políticas de governo. Definido como política de planejamento participativo e coletivo, visa a participação dos entes federados e envolvidos objetivando a garantia da educação de qualidade. Também considerado, um dos meios para se efetivar as propostas do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, implementado no segundo mandato do governo Lula, com vigência até 2022. por meio de uma política mais focalizada, mais efetiva no atendimento dos estados e municípios. O plano é um documento elaborado a cada quatro anos pela secretaria de educação dos estados e dos municípios que aderiram de forma voluntária ao Programa Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007). Segundo Saviani (2007), o plano pode ser considerado um “guarda-chuva”, pois abriga praticamente todos os programas desenvolvidos pelo MEC. Tem como base o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” e foi criado por meio do decreto 6.094/2007. O PAR propõe vinte e oito diretrizes para serem efetivadas por meio da União e verificadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). De acordo com o Manual de Orientações suas ações se estruturam em 4 dimensões: a Gestão Educacional, a dimensão da Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, a dimensão das Práticas Pedagógicas e Avaliação e a dimensão da Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Nosso objeto de pesquisa centrou-se na dimensão das Práticas Pedagógicas e Avaliação, esta envolve o processo de elaboração e organização das práticas pedagógicas, existência de coordenadores pedagógicos, reuniões e horários de trabalho pedagógico, estímulo à realização de atividades pedagógicas extracurriculares; programas de incentivo à leitura; avaliação participativa, acompanhamento individual dos educandos e políticas de correção de fluxo (BRASIL, 2007).

Para o desenvolvimento da pesquisa traçamos o seguinte objetivo: analisar a materialização do Plano de Ações Articuladas (PAR) no contexto escolar e se existe relação com a avaliação sistêmica, especificamente suas implicações na melhoria da prática pedagógica no sentido de garantir a qualidade da educação escolar. Objetivamos também caracterizar as mudanças ocorridas na prática pedagógica e na avaliação decorrentes da implementação do PAR; compreender qual concepção de qualidade está presente na proposta de Avaliação Sistêmica e qual é a concepção das escolas municipais investigadas; identificar a relação entre as orientações do PAR e as melhorias/transformações da prática pedagógica, especificamente na prática avaliativa das escolas investigadas.

Optamos por uma matriz epistemológica, para além de um paradigma estático e mecânico de pesquisa. Para tanto, o estudo buscou as mediações e as contradições, entre as diretrizes das políticas educacionais e suas implicações na prática pedagógica das escolas. A pesquisa iniciou-se pelas análises de documentos que desencadeiam a compreensão das influências do PAR na dimensão **Práticas Pedagógicas e Avaliação** das escolas investigadas. A partir do levantamento sobre a influência da implementação do PAR, selecionamos 3 instituições de ensino e fizemos a imersão na realidade das escolas selecionadas buscando coletar dados por meio das fontes documentais, observação e aplicação de questionários junto às professoras. A opção pela realização da observação e questionários justifica-se pela compreensão de que o contato com a dinâmica concreta da sala de aula e as professoras nos possibilita o conhecimento efetivo do alcance das políticas e análise de como a mesma tem se materializado.

O PAR do município investigado foi elaborado em 2012 os registros evidenciam que a elaboração ficou a cargo da equipe local, composta por três professoras, duas diretoras, a secretária da educação, uma especialista, técnica, em educação e uma técnica administrativa da secretaria municipal de educação (ITUIUTABA, 2012). Constatamos que a adesão, indicada como facultativa, tem como incentivo a transferência de “recursos financeiros (transferência voluntária) para que a secretaria municipal de educação realize a subação” (BRASIL, 2011, p.34).

No diagnóstico de elaboração do PAR, são propostas quinze questões sobre as quatro dimensões. Ao todo são oitenta e duas questões, pontuadas de acordo com a descrição de critérios correspondentes aos quatro níveis de pontuação. Na dimensão investigada, práticas pedagógicas e avaliação, foram propostas as seguintes ações: implantação de um calendário de reuniões, preferencialmente semanais, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino; inclusão como componente da política educacional, o estímulo à auto avaliação e as práticas interdisciplinares; e definição e implementação de políticas para correção de fluxo (ITUIUTABA, 2012).

Para a ação “avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem”, foram cadastradas as seguintes subações: orientar as escolas a incluírem a auto-avaliação dos alunos no PP; qualificar profissionais da rede nas áreas

de currículo e avaliação; subsidiar as escolas na organização do currículo de forma interdisciplinar; subsidiar as escolas na organização do currículo de forma interdisciplinar, considerando a articulação dos saberes formais e não-formal no ambiente escolar. (TTUIUTABA, 2012)

No que concerne aos programas e ações referentes às práticas pedagógicas e à avaliação tem-se os seguintes eixos: organização da rede de ensino; organização das práticas pedagógicas; avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem (TTUIUTABA, 2012).

A realização da pesquisa nos levou às seguintes constatações: a) existência nas escolas de uma variedade de recursos que são utilizados em algumas práticas, entretanto, tais práticas pedagógicas são planejadas e organizadas para atender às demandas exigidas pelas avaliações externas; b) as instituições da rede municipal contam com a figura do supervisor pedagógico, sua ação, quase sempre, se limita à verificação do cumprimento de conteúdos pelos docentes, à solução de questões de indisciplina e à cobrança de realização de atividades que garantam o bom desempenho dos estudantes nas avaliações externas; c) as professoras participam de reuniões denominadas módulo II, que são destinadas à realização de planejamento, correções. Próximo ao período de realização das avaliações externas tais avaliações também servem para discussão e orientação das práticas. Não existem reuniões destinadas à formação e/ou estudos nas escolas, estas quando acontecem, ficam sob responsabilidade do Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento Permanente de Professores - Cemap; d) em linhas gerais não existe por parte da equipe pedagógica o estímulo à realização de atividades pedagógicas extracurriculares, quando acontecem é por opção das próprias docentes.

As práticas pedagógicas, em sua maioria, se limitam à utilização dos espaços da sala de aula e do desenvolvimento dos conteúdos; e) as práticas avaliativas são organizadas em torno da avaliação externa, durante todo ano letivo a metodologia docente e a avaliação é orientada pelo conteúdo das avaliações externas e, no período que antecede a realização das mesmas os estudantes são treinados para responder questões semelhantes às que são cobradas nessas avaliações e por meio delas, são também avaliados. O atendimento individualizado, principalmente dos estudantes que apresentam dificuldades, não acontece de forma efetiva no sentido de oportunizar o pleno desenvolvimento desse discente, quase sempre se limita ao preenchimento de formulários para atender questões burocráticas. Além disso, identificamos a falta de diálogo, de auto avaliações, de atividades interdisciplinares e políticas específicas de correção de fluxo.

Para Santos *et al* (2013), o PAR foi concebido para ser um caminho para a construção de políticas municipais mais autônomas, articuladas e sustentáveis. Entretanto, o cenário atual tem demonstrado que o campo educacional é intimamente interligado com questões políticas que tem se efetivado em um movimento de rupturas e discontinuidades.

Nesse contexto, a maneira como as práticas pedagógicas são organizadas tem conduzido as escolas a criarem mecanismos e estratégias apenas para garantir bons resultados, numa lógica com o intuito de atender às demandas impostas socialmente e por isso, evidenciam apenas uma face da tão propalada qualidade educacional

### Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas (PAR) orientações para elaboração do Plano do município**. 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispoe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm). Acessado em 23 de abril de 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Série Documental: textos para discussão. Brasília, v.24, n. 22, p. 5-34, 2007.

ITUIUTABA, **Plano de Ações Articuladas 2011-2014**.

SAVIANI, D. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. Educação e Sociedade, vol. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.